



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DO RIO DE JANEIRO
DIRETORIA-GERAL
COORDENADORIA DE PLANEJAMENTO ESTRATÉGICO
SEÇÃO DE GESTÃO ESTRATÉGICA

PROCESSO Nº 2024.0.000013095-1

1ª REUNIÃO DE ANÁLISE DA ESTRATÉGIA 2024

ATA DE REUNIÃO

Data	11/03/2024
Início	11:30
Fim	13:00

1. Participantes

Nome	Unidade
Eline Iris Rabello Garcia da Silva	Diretoria-Geral
Mariana Figueiredo Correa	Secretaria-Geral da Presidência
Filipe Vieira de Carvalho	Secretaria da Vice-Presidência e Corregedoria Regional Eleitoral
Alexander Moraes Rocha	Secretaria de Administração
Hugo Gonzalez dos Santos	Secretaria de Manutenção e Serviços Gerais
Renata Motta Geronimi	Secretaria de Gestão de Pessoas
Ana Luiza Claro da Silva	Secretaria Judiciária
Rodrigo da Rocha Camargos	Secretaria de Orçamento e Finanças
Michel Marchetti Kovacs	Secretaria de Tecnologia da Informação
Stefano Sales Teixeira	Coordenadoria de Comunicação Social

Convidados

Nome	Unidade
Rita de Cassia de Carvalho e Silva Marques de Abreu	Escola Judiciária Eleitoral (EJE)
Carlos Eduardo de Queiroz Pereira	Secretaria de Auditoria Interna (SAU)
Camila Nogueira da Gama de Oliveira	Secretaria de Auditoria Interna (SAU)
Simone Marques Brasil Nepomuceno	Secretaria de Auditoria Interna (SAU)
Soraya Previtali Morisson	Assessoria Administrativa da DG (ASSEDG)
Robson Alves de Oliveira Sobrinho	Coordenadoria de Planejamento Estratégico (CPLAN)
Juliana Pedrosa Chahon Kelmanson	Assessoria Institucional da Secretaria-Geral da Presidência (ASIPRE)
Vivian Maria Nogueira Bacelar	Ouvidoria Eleitoral (OUVE)
André Luiz Trindade Rocha	Secretaria Judiciária (SJD)
Milene Gonçalves Cater	Secretaria da Vice-Presidência e Corregedoria Regional Eleitoral (SVPCRE)

Isabella Vitoria Abduche Feijo	Seção de Desenvolvimento Estratégico Sustentável - SESTSU/CPLAN
Elizabeth Silva Viana	Secretaria de Manutenção e Serviços Gerais
Carlos Jose de Paiva Junior	Coordenadoria de Engenharia (COENG) Secretaria de Manutenção e Serviços Gerais
Mariana Giachini	Secretaria de Gestão de Pessoas
Flavia Conceicao de Lima Vidal	Seção de Educação Corporativa - Secretaria de Gestão de Pessoas
Marcos Jose Guerrero Silva	Coordenadoria de Desenvolvimento de Competências - Secretaria de Gestão de Pessoas
Aline Correia Fernandes	Escola Judiciária Eleitoral (EJE)
Vivian de Sá Reis	Coordenadoria de Comunicação Social (COSOC)
Luciana de Andrade Lima Hazin Lamego	Secretaria de Tecnologia da Informação (STI)
Isabelle Mello de Souza	Ouvidoria Eleitoral
Anderson Luis Ohland	Secretaria de Administração (SAD)

Suzana Martins Ramos Pinto	Assessoria de Gerenciamento de Risco e Controle Interno (ASGERI)
Tatiana de Freitas Kagohara	Assessoria de Gerenciamento de Risco e Controle Interno (ASGERI)
Patricia Ferraro de Avellar Coutinho	Assessoria de Planejamento de Eleições (ASPLEL)
Jose de Tarcio Fonseca Teixeira	Coordenadoria de Planejamento Estratégico (CPLAN)
Luciana Branco	Assessoria de Monitoramento da Secretaria da Vice-Presidência e Corregedoria Regional Eleitoral
Claudeci Elias Siqueira de Oliveira	Seção de Inteligência de Dados Estratégicos -SEDEST/CPLAN
Juliana Doro Rodrigues	Seção de Desenvolvimento de Processos Estratégicos - SEDPRO/CPLAN
Aldenir Acimen de Moraes	Seção de Desenvolvimento Estratégico Sustentável - SESTSU/CPLAN
Renata Araujo Sodre da Silva	Seção de Desenvolvimento de Iniciativas Estratégicas - SEDINE/CPLAN
Alyne Costa Rocha Nunes Pinto	Seção de Gestão Estratégica - SEGEST/CPLAN

Letícia Maffei Burgos Feitosa	Seção de Gestão Estratégica - SEGEST/CPLAN
-------------------------------	---

2. Pauta

- Desempenho do TRE-RJ nas Metas Nacionais do CNJ no ano de 2023;
- Desempenho da Estratégia do TRE-RJ no ano de 2023;
- Desempenho dos Indicadores Estratégicos (IEs) vinculados às áreas no ano de 2023 e Propostas de Deliberações.

3. Descrição da reunião

A reunião foi aberta pela diretora-geral, Eline Iris Rabello Garcia da Silva, que passou a palavra ao titular da Coordenadoria de Planejamento Estratégico, Robson Alves de Oliveira Sobrinho.

O coordenador informou que os resultados que serão apresentados na reunião não se referem somente ao 4º trimestre, mas também ao ano de 2023, tendo em vista que o resultado do último período é cumulativo dos demais trimestres daquele determinado exercício. Robson ressaltou que, quando necessário, serão apresentadas as projeções para os próximos meses. A seguir, o coordenador passou a palavra à titular da Seção de Gestão Estratégica, Letícia Maffei, que, após apresentar a pauta da reunião, iniciou a exposição do primeiro tópico.

- **Desempenho do TRE-RJ nas Metas Nacionais do CNJ no ano de 2023**

A titular da SEGEST informou que os dados que serão apresentados do desempenho do TRE-RJ nas Metas 1, 2 e 4 foram extraídos do sistema ATENA, no dia 05 de fevereiro de 2024.

Com relação à **Meta Nacional 1 (Julgar mais processos que os distribuídos)**, Letícia anunciou que, no ano de 2023, o TRE-RJ obteve 92,08% de cumprimento da Meta, destacando que o resultado de 49,00% do 2º grau impactou negativamente o desempenho da meta, pois o 1º grau teve índice de 121,09%. Letícia destacou que, conforme já mencionado em RAEs anteriores, os processos de prestação de contas impactaram negativamente o resultado do 2º grau na meta 1 no ano de 2023. A servidora enfatizou que embora o resultado global tenha ficado próximo de 100%, a meta 1 não foi cumprida.

Quanto à **Meta Nacional 2 (Julgar processos mais antigos)** cujo objetivo é julgar, no ano de 2023, 70% dos processos distribuídos até 31/12/2021, Letícia informou que o TRE-RJ obteve 138,28% de cumprimento da meta no ano de 2023, destacando que o 1º grau alcançou 139,88%; e, o 2º grau, 107,85%. A servidora destacou que o objetivo da meta 2 é reduzir o passivo processual.

A seguir, Letícia Maffei apresentou o resultado dos Tribunais Eleitorais de Grande Porte nas Metas 1 e 2 no ano de 2023. A servidora informou que os dados foram extraídos do [Painel de Estatística do CNJ](#) (menu: Metas), no dia 08 de março de 2024. Dos seis TREs de grande porte, o TRE-RJ ocupou a última posição na **Meta 1** e a quarta posição na **Meta 2**. Enfatizou que no caso da **Meta 2**, a diferença com relação ao TRE-SP, que ocupou a terceira colocação foi de menos de 1%, pois, com o arredondamento, os Tribunais Eleitorais do Rio de Janeiro e de São Paulo obtiveram 127% de cumprimento da meta.

A assistente de planejamento da SSG, Elizabeth Silva Viana, sugeriu que a Assessoria de Contas Eleitorais e Partidárias da Secretaria-Geral da Presidência participasse das RAEs. A diretora-geral, Eline, esclareceu que é feito um trabalho na Presidência, com participação também da CPLAN, que inclui a realização de reuniões periódicas com a ASCEPA. Assim, informou que a Assessoria tem conhecimento desses dados que foram apresentados na reunião. Acrescentou que a ASCEPA tem um plano para gerenciamento de passivos e cumprimento mensal de metas. A representante da Presidência, Mariana Figueiredo Correa, solicitou que a titular da ASCEPA fosse chamada para participar das próximas RAEs. A diretora-geral aproveitou para destacar que o gestor que identificasse a necessidade de participação de algum servidor poderia convidá-lo para a RAE. Eline completou que a ideia é que cada vez mais servidores conheçam os resultados globais do Tribunal.

A secretária da SJD, Ana Luiza Claro da Silva, perguntou se os dados foram extraídos em dezembro de 2023. Letícia informou que os dados da meta 1 e 2 foram extraídos do sistema ATENA no dia 05 de fevereiro e os dados comparativos com os TREs de grande porte do [Painel de Estatística do CNJ](#), no dia 08 de março. Ana Luiza perguntou se os dados do Painel do CNJ estavam atualizados. Letícia informou que no Painel não tinha a data de atualização, mas era possível verificar que os dados já estavam incluindo o mês de dezembro. A servidora da SEGEST ressaltou que, caso haja alguma alteração posterior de dados, as informações sobre as metas serão atualizadas, por e-mail ou na próxima RAE.

No que se refere à **Meta Nacional 4**, o objetivo era julgar, até 31/12/2023, 80% dos processos referentes às eleições de 2020 e 40% dos processos referentes às eleições de 2022, distribuídos até 31/12/2022, que possam importar na perda de mandato eletivo ou inelegibilidade. Letícia informou que o CNJ divulgou recentemente o Glossário da Meta 4, que é o documento que define e estabelece os critérios e as orientações necessárias para a aferição do cumprimento da meta. Dessa forma, Letícia informou que os dados referentes à **Meta 4** serão informados posteriormente, após a confirmação da atualização do sistema ATENA (de acordo com o Glossário). A servidora destacou ainda que no [Painel de Estatística do CNJ](#) os dados da meta 4 da Justiça Eleitoral ainda não estão disponíveis.

Dando sequência à apresentação dos resultados alcançados pelo TRE-RJ no ano de 2023 nas metas nacionais aplicáveis à Justiça Eleitoral, Letícia informou que o TRE-RJ alcançou 100% de cumprimento da **Meta Nacional 9 - Estimular a Inovação no Poder Judiciário**. A servidora informou que o eLaboraRIO (Laboratório de Inovação do TRE-RJ) desenvolveu no âmbito da meta o projeto de melhoria da divulgação de informações sobre o processamento de RAE. O projeto consistiu na elaboração de um vídeo informativo que detalhou de forma lúdica e simplificada as principais etapas existentes entre a solicitação de um Título Eleitoral e sua efetiva disponibilização ao eleitor.

O coordenador da CPLAN, Robson Sobrinho, informou que o vídeo não está mais disponível porque houve alterações no processo de solicitação do título Eleitoral. Acrescentou que, em relação ao fechamento do cadastro, como há também algumas imprecisões em relação a prazo, o vídeo poderia confundir a população e consequentemente aumentar a demanda da Ouvidoria. Em função desses fatores, Robson enfatizou que o vídeo foi retirado do ar, esclarecendo que não há impacto quanto ao cumprimento da meta que foi alcançada, tendo sido informada no mês de janeiro de 2024.

Com relação ao resultado global das metas, Robson ressaltou que, para fins do Prêmio CNJ de Qualidade, tendo em vista que o TRE-RJ não atingiu 100% na meta 1, embora tenha ficado próximo (92,08%), o Tribunal não receberá nenhuma pontuação nesse quesito correspondente ao Prêmio.

- **Metas Nacionais aplicáveis à Justiça Eleitoral aprovadas para o ano de 2024**

Letícia informou que para 2024 permaneceram aprovadas para o segmento da Justiça Eleitoral as **Metas Nacionais 1, 2, 4 e 9**.

Informou que a **Meta 1 (Julgar mais processos que os distribuídos)** configura obrigatoriamente como meta nacional do Poder Judiciário até 2026, conforme previsto no normativo do CNJ (Resolução CNJ n° 325/2020, que dispõe sobre a Estratégia Nacional do Poder Judiciário 2021-2026).

Com relação às metas 2, 4 e 9, Letícia teceu as seguintes considerações destacando as mudanças em relação ao ano de 2023:

- **Meta 2 (Julgar processos mais antigos):** Identificar e julgar até 31/12/2024, 70% dos processos distribuídos até 31/12/2022 e todos os processos de conhecimento pendentes de julgamento há 6 anos (2018) ou mais.

Diferença em relação à meta 2 de 2023: acréscimo da expressão “e todos os processos de conhecimento pendentes de julgamento há 6 anos (2018) ou mais”.

- **Meta 4 (Priorizar o julgamento dos processos relativos aos crimes contra a Administração Pública, à improbidade administrativa e aos ilícitos eleitorais):** Identificar e julgar até 31/12/2024 - 100% dos processos referentes às eleições de 2020 e 60% dos processos referentes às eleições de 2022, distribuídos até 31/12/2023, que possam importar na perda de mandato eletivo ou em inelegibilidade.

Diferença em relação à meta 4 de 2023: aumento de 20% dos processos referentes às eleições 2020 e 2022 (a meta de 2023 era de 80% dos processos referentes às eleições de 2020 e 40% dos processos referentes às eleições de 2022).

- **Meta 9 (Estimular a Inovação no Poder Judiciário):** Implantar, no ano de 2024, um projeto oriundo do laboratório de inovação, de cujo desenvolvimento tenha participado pelo menos um laboratório de outro tribunal ou órgão da administração pública, com avaliação de benefícios à sociedade e relacionados à Agenda 2030.

Diferença em relação à meta 9 de 2023: acréscimo da expressão “tenha participado pelo menos um laboratório de outro tribunal ou órgão da administração pública”.

II. Desempenho da Estratégia do TRE-RJ no ano de 2023

A titular da SEGEST, Letícia Maffei, informou que o desempenho geral da estratégia (IDJERJ) alcançou 78,95% no ano de 2023, ficando um pouco abaixo do índice de 79,60% alcançado em 2022. A servidora destacou que o comportamento do IDJERJ atingiu uma estabilidade perto de 80% em todos os trimestres de 2023. No entanto, ponderou que isso não significa que a estratégia não esteja avançando, pois as metas são maiores a cada período. Logo, enfatizou que esse comportamento pode ser traduzido da seguinte forma: em torno de 80% do que foi planejado na Estratégia do TRE-RJ está sendo executado.

Com relação às metas dos indicadores estratégicos, a chefe da SEDEST (Seção de Inteligência de Dados Estratégicos), Claudeci Oliveira, teceu as seguintes considerações:

- Em 2023, ficou acordado que, em regra, não haveria revisão de aumento das metas estipuladas para 2024, mesmo que o indicador tenha atingido a meta ao final de 2023 estabelecida para o presente exercício.
- Assim, caso o indicador estratégico tenha atingido a meta em 2023, a meta que deverá ser alcançada em 2024 é a que já está estipulada para o ano.
- Essa sistemática foi adotada porque, quando as metas foram estipuladas, já levavam em consideração o fato de ser um ano eleitoral. Logo, um aumento de meta representaria um esforço não previsto dentro do período eleitoral.

- No entanto, há duas exceções (que serão especificadas nesta reunião), a saber: o **IE 56A - Taxa de unidades com infraestrutura adequada** e o **IE 57 - Taxa de unidades com condições adequadas de segurança**. Nesses dois casos, as metas de 2026 já foram alcançadas. Como os indicadores são do tipo cumulativos, caso não houvesse aumento da meta, não seria necessária a realização de nenhuma ação para que a meta de 2024 fosse atingida.

Com relação ao desdobramento das metas em 2024 dos indicadores estratégicos, Claudeci informou ainda que a SEDEST enviará um e-mail para as unidades com uma planilha contendo o histórico de resultados de cada indicador sob sua respectiva responsabilidade. Com base nesses dados e levando em consideração a meta anual de 2024, as unidades devem preencher a planilha, até o final do mês de março, com a proposta de desdobramento das metas dos indicadores para o presente exercício. A chefe da SEDEST enfatizou a importância do prazo, pois no início de abril começa a medição referente ao 1º trimestre do ano.

Quanto ao panorama geral dos indicadores, Leticia destacou que há atualmente 51 IEs ativos. Assim, como o Plano Estratégico 2021-2026 teve início com 57 IEs, o CGE já aprovou a exclusão de 6 indicadores. A servidora pontuou que 36 (71%) indicadores apresentaram desempenho na faixa de status “ótimo”, 6 (12%) ficaram classificados como satisfatórios; e, apenas 4 (8%), como insatisfatório. Destacou que há ainda 5 indicadores estratégicos não medidos, que contabilizam como se estivessem zerados, impactando de forma negativa o cálculo do desempenho geral da estratégia. Informou que, no decorrer da reunião, será apresentada a situação de cada um desses indicadores, adiantando que a perspectiva é que a maioria consiga reunir as condições necessárias para começarem a ser medidos neste ano.

A seguir, a servidora apresentou a análise geral dos resultados dos objetivos estratégicos.

Desempenho dos Objetivos Estratégicos – ano de 2023	
OE 01 - Garantir os direitos da cidadania	98,06%
OE 02 – Fortalecer a relação institucional com a sociedade	96,87%
OE 03 – Aprimorar a gestão do processo eleitoral	78,75%
OE 04 – Garantir agilidade e efetividade na prestação jurisdicional	75,10%
OE 05 – Combater os ilícitos eleitorais	Sem medição
OE 06 - Promover a educação eleitoral e a participação cidadã	92,07%
OE 07 – Aprimorar a gestão da comunicação e do relacionamento institucional	98,00%

OE 08 - Aprimorar a gestão administrativa e a governança institucional	75,90%
OE 09 – Promover a gestão de informações de forma padronizada, segura e transparente	41,05%
OE 10 – Aprimorar a gestão de pessoas na era da transformação	88,99%
OE 11 – Aprimorar a gestão orçamentária e financeira	91,21%
OE 12 – Promover a transformação digital	91,48%
OE 13 - Aperfeiçoar a infraestrutura	98,90%

Letícia Maffei pontuou que o desempenho de cada OE é o resultado da média de desempenho dos indicadores estratégicos que compõem aquele determinado objetivo. A servidora ressaltou o fato de que a maioria dos objetivos está na faixa de status “ótimo” (desempenho superior a 80%).

A servidora destacou que o **OE 05 – Combater os ilícitos eleitorais** ainda está sem medição, porque os dois únicos indicadores vinculados ao objetivo, o **IE 18 - Taxa de julgamento no tempo médio razoável - 2º Grau** e o **IE 17 - Taxa de julgamento no tempo médio razoável - 1º Grau**, estão sem medição.

A titular da SEGEST sinalizou que o **OE 09 – Promover a gestão de informações de forma padronizada, segura e transparente** foi o único objetivo que apresentou desempenho “insatisfatório” (abaixo de 50%). Letícia esclareceu que, dos 4 indicadores vinculados ao objetivo, 2 estão sem medição (o **IE 35** e o **IE 36**), impactando de forma negativa o desempenho do objetivo. No que se refere ao **IE 35 - Taxa de ativos de informação avaliados quanto à existência de dados pessoais - LGPD**, informou que a expectativa é que o indicador inicie a medição em 2024. Quanto ao **IE 38 - Índice de serviços críticos com gestão de risco de segurança da informação**, a medição do indicador está dependendo da definição dos processos críticos.

III. Desempenho dos Indicadores Estratégicos (IEs) vinculados às áreas e Propostas de Deliberações

Letícia Maffei anunciou que nesta parte será apresentado o quadro do desempenho dos indicadores estratégicos vinculados a cada macrounidade.

INDICADORES ESTRATÉGICOS VINCULADOS À SGP					
Nome	Respon- sável	Resul- tado	Meta	Percentual de alcance da meta	Situação Desem- penho
IE 40 - Índice de satisfação com o clima organizacional	CSINT	72,00%	70,00%	102,86%	Ótimo
IE 41 - Taxa de realização de Exames Periódicos de Saúde (EPS)	SEATES	21,05%	20,00%	105,26%	Ótimo
IE 42 - Taxa de aderência ao PAC	CDESC	52,83%	65,00%	81,28%	Ótimo
IE 43 - Taxa de unidades avaliadas por competência	CDESC	36,36%	54,00%	67,34%	Satisfatório
IE 44 - Taxa de servidores capacitados	CDESC	55,86%	58,00%	96,32%	Ótimo
<p>Foi apresentado o quadro com os resultados dos indicadores vinculados à SGP.</p> <p>Não houve proposta de deliberação relacionada aos indicadores estratégicos vinculados à SGP.</p>					

INDICADORES ESTRATÉGICOS VINCULADOS À SAD

Nome	Respon- sável	Resul- tado	Meta	Percentual de alcance da meta	Situação Desem- penho
IE 33 - Índice de gestão e governança das contratações	SAD	82,14%	85,00%	96,64%	Ótimo
IE 34A - Taxa de aderência das contratações ao Plano de Contratações Anual (PCA)	SAD	34,13%	70,00%	48,76%	Insatisfatório
IE 35 - Taxa de ativos de informação avaliados quanto à existência de dados pessoais - LGPD	SECGIN		90,00%		Não realizado
IE 36 - Taxa de assentamentos funcionais de servidores ativos e inativos digitalizados	SEPREX	72,64%	100,00%	72,64%	Satisfatório
IE 37 - Índice de aprimoramento do processo administrativo eletrônico	SEGDOC	68,68%	75,00%	91,57%	Ótimo

O titular da Secretaria de Administração, Alexander Moraes Rocha, informou que, conforme já abordado nas últimas RAEs, um dos fatores que contribuiu com o desempenho insatisfatório do **IE 34A** foi a reforma da nova Sede do Tribunal. Em função disso, pontuou que vários projetos de engenharia tiveram impacto na aderência das contratações planejadas. Dessa forma, relatou que essa situação é fruto de uma posição administrativa. Enfatizou que a tendência é que aumente a aderência das contratações ao PCA.

A diretora-geral informou que, além da nova Sede, houve o impacto de outras contratações como as decorrentes da nova campanha de biometria e da realização de eventos como o de Linguagem Simples e o Encontro do Colégio de Corregedores Eleitorais do Brasil. Assim,

concluiu que o Tribunal acaba se adaptando às demandas extras que surgem, o que consequentemente impacta a aderência das contratações.

INDICADORES ESTRATÉGICOS VINCULADOS À COSOC

Nome	Responsável	Resultado	Meta	Percentual de alcance da meta	Situação Desempenho
IE 21 - Taxa de inserções positivas na imprensa	SECJOR	99,32%	95,00%	104,54%	Ótimo
IE 23 - Taxa de resposta à imprensa no prazo	SECJOR	75,21%	80,00%	94,01%	Ótimo
IE 24 - Taxa de alcance das mídias sociais	SECAMP	3,76%	1,20%	313,37%	Ótimo

Foi apresentado o quadro com os resultados dos indicadores vinculados à COSOC.

Não houve proposta de deliberação relacionada aos indicadores estratégicos vinculados à COSOC.

INDICADORES ESTRATÉGICOS VINCULADOS À DG

Nome	Responsável	Resultado	Meta	Percentual de alcance da meta	Situação Desempenho
IE 01 - Taxa de cumprimento das Metas Nacionais do Poder Judiciário	CPLAN	98,06%	100%	98,06%	Ótimo
IE 09 - Taxa de aperfeiçoamento dos processos eleitorais	ASPLEL	8,00	6,70	119,4%	Ótimo
IE 10 - Taxa de aderência dos planos de ação e projetos resultantes das avaliações das eleições	ASPLEL		50%		Indicador em revisão
IE 11 - Taxa de aderência ao PIE	ASPLEL	100%	65,00%	153,85%	Ótimo
IE 26 - Índice de aprimoramento da governança institucional	CPLAN	64,20%	70,04%	91,66%	Satisfatório
IE 27 - Taxa de Maturidade da Execução da Estratégia	CPLAN	34,44%	40%	86,11 %	Ótimo
IE 28 - Taxa de processos críticos com riscos geridos	ASGERI		50%		Não realizado
IE 29 - Taxa de aprimoramento da gestão de riscos e controles internos	ASGERI	52,50%	62,50%	84,00%	Ótimo

A diretora-geral, Eline, lembrou que, desde a última RAE, o **IE 10** estava sendo revisto. O coordenador da CPLAN, Robson, informou que o indicador está relacionado à aderência dos

planos de ação previstos para serem executados naquele determinado período. O servidor destacou que o fato de o **IE 10** ser um indicador de esforço. Além disso, o coordenador pontuou que esse indicador é medido no âmbito do Indicador de Processo (Percentual de Implementação dos Planos de Ação e Projetos Resultantes das Avaliações das Eleições), que integra o Processo "Realizar Avaliação das Eleições", o qual já se encontra em Gestão do Dia a Dia. Em função desses fatores, Robson anunciou que será apresentada proposta de deliberação relacionada ao **IE 10**.

Letícia Maffei apresentou a proposta de deliberação que envolve simultaneamente o **IE 09** e **IE 10**. Primeiramente, quanto ao **IE 09**, a proposta é alterar a ficha técnica do indicador. Informou que atualmente o indicador é calculado pelo somatório das médias das avaliações atribuídas a cada tema na avaliação das eleições dividido pelos temas submetidos à avaliação na avaliação das eleições. A proposta consiste no cálculo do indicador passar a ser realizado da seguinte forma: médias das notas atribuídas aos temas que foram objeto de melhoria priorizada na Eleição anterior mais a médias das notas atribuídas aos temas que NÃO foram objeto de melhoria priorizada na Eleição anterior dividido por dois.

Sobre o **IE 10**, a recomendação é a exclusão do indicador. A assessora da ASPLEL, Patrícia Ferraro, reforçou que as variáveis do **IE 10** estão sendo medidas também através de um indicador de processo. Assim, a ideia é excluir o **IE 10** no âmbito da estratégia e continuar a acompanhá-lo através do de processo que está na gestão do dia a dia. Com isso, esclareceu que a ASPLEL vai continuar solicitando os *reports* mensais do andamento dos planos de ação decorrentes das avaliações das eleições, que continuaram a ser monitorados.

Patrícia ressaltou que o **IE 09** passará a medir se o resultado daquela determinada melhoria resultante das avaliações das eleições impactou positivamente na nota atribuída ao tema correspondente. Exemplificou que, se existem 15 melhorias, as notas dos temas correspondentes dessas 15 melhorias serão comparadas com as notas atribuídas aos mesmos temas na avaliação da eleição anterior. Com isso, destacou que será possível saber se a melhoria implementada foi efetiva e se houve impacto na avaliação dos servidores.

O CGE aprovou a alteração da ficha técnica do **IE 09** e a exclusão do **IE 10**.

Com relação ao **IE 28**, Eline ressaltou que será apresentada uma proposta de deliberação para tornar viável o início da medição desse indicador. A assessora da ASGERI, Tatiana Kagohara, explicou que a proposta é que a base de medição, ao invés de considerar os processos críticos, leve em conta toda a arquitetura de processos. Tatiana ponderou que pode não ser considerado o melhor caminho pelo fato de não evidenciar se está sendo feito um esforço em cima daquilo que é considerado crítico pela administração. No entanto, a assessora enfatizou que a atuação da ASGERI na implementação da gestão de risco já está sendo com foco naquilo que é prioritário. Eline acrescentou que a alteração da base de medição do indicador não impede que posteriormente, com a definição de processos críticos, o indicador possa ser aperfeiçoado.

Leticia Maffei apresentou a proposta da nova ficha técnica do **IE 28** destacando os seguintes pontos:

- Conforme já mencionado, na fórmula de cálculo será considerado o número de processos de segundo nível que são 43.
- No histórico de 2022, havia 1 processo com risco gerido do total de 43 (1%); e, 4, em 2023 (9%).
- As metas dos próximos anos são: 7 processos com riscos geridos em 2024 (16%), 15, em 2025 (34%) e 18 em 2026 (41%).

O CGE aprovou a alteração da ficha técnica do **IE 28**.

Deliberações aprovadas pelo CGE

1. Aprovar a alteração da ficha técnica do IE 09 (Taxa de Aperfeiçoamento dos Processos Eleitorais) e a exclusão do IE 10 (Taxa de aderência dos planos de ação e projetos resultantes das avaliações das eleições)

Obs1.: O **IE 09** passaria a ser composto por variáveis correspondentes à média das notas atribuída a cada um dos temas avaliados na última Avaliação das Eleições, subdivididos entre aqueles que:

- Foram objeto de melhoria priorizada na eleição anterior (temas priorizados pela Administração).
- Não foram objeto de melhoria priorizada na eleição anterior.

Obs2.: A nova ficha técnica do **IE 09** está disponível no id nº 3536613 que faz parte do Processo SEI nº 2024.0.000001294-0.

Justificativas:

- O **IE 10** é um indicador de esforço.
- As variáveis do **IE 10** já são mensuradas também no âmbito do Indicador de Processo “Percentual de Implementação dos Planos de Ação e Projetos Resultantes das Avaliações das Eleições”, que integra o Processo "Realizar Avaliação das Eleições", o qual já se encontra em Gestão do Dia a Dia.
- A alteração do **IE 09** permitirá aferir o resultado e o impacto da implementação das melhorias priorizadas na última Avaliação das Eleições nos temas submetidos à avaliação, em substituição ao **IE 10**.

2. Aprovar a alteração da ficha técnica do IE 28 (Taxa de processos críticos com riscos geridos). O indicador passaria a utilizar como parâmetro todos os processos de 2º nível previstos na Arquitetura de Processos do TRE-RJ de forma a permitir alguma percepção do avanço da gestão de riscos no Tribunal.

Obs.: A nova ficha técnica do **IE 28** pode ser consultada no id nº 3507502 que faz parte do Processo SEI nº 2024.0.000000815-3

Justificativas:

- O indicador nunca pôde ser medido, uma vez que, para o cômputo de uma de suas variáveis, é necessária a definição dos processos críticos do órgão, o que não foi realizado até o momento.
- A falta de medição do indicador prejudica a avaliação dos esforços empreendidos pelo Tribunal para a implantação da gestão de riscos em seus processos, atividades e projetos.
- Utilizar como parâmetro todos os processos previstos na Arquitetura de Processos do TRE-RJ traz, de alguma forma, a percepção do avanço da gestão de riscos no Tribunal, podendo ser abordada na análise do indicador qualquer consideração acerca da criticidade dos processos com riscos geridos, quando estes vierem a ser definidos.

INDICADORES ESTRATÉGICOS VINCULADOS À PRESIDÊNCIA					
Nome	Respon- sável	Resul- tado	Meta	Percentual de alcance da meta	Situação Desempenho
IE 02 - Taxa de satisfação do cliente externo do tribunal regional eleitoral do rio de janeiro	Ouvidoria	91,24%	58,75%	155,30%	Ótimo

IE 03 - Taxa de satisfação do público externo com os canais de comunicação	Ouvidoria	92,67%	85,00%	109,02%	Ótimo
IE 04 - Taxa de Atendimento no Prazo das Demandas Recebidas da Ouvidoria	Ouvidoria	87,73%	95,00%	92,34%	Ótimo
IE 05 - Índice da Transparência	ASESPR	94,65%	99,48%	95,14%	Insatisfatório
IE 18 - Taxa de julgamento no tempo médio razoável - 2º Grau	ASJUPR	-	-	-	Não realizado
IE 38 - Índice de serviços críticos com gestão de risco de segurança da informação	ASINFO	-	-	-	Não realizado
IE 57 - Taxa de unidades com condições adequadas de segurança	ASEGUR	78,02%	79,78%	97,80%	Ótimo

Foi apresentado o quadro de resultados dos indicadores estratégicos vinculados à Presidência.

Com relação ao **IE 38**, Juliana Chahon, da Assessoria Institucional da Secretaria-Geral da Presidência, informou que o início da medição do indicador depende da definição dos processos riscos. A servidora pontuou que conversou com o assessor de Segurança da Informação e a assessoria de Gestão de Riscos sobre a situação do indicador que está sem medição desde o início do atual Plano Estratégico. Tendo em vista o atual contexto, ponderou que o caminho pode ser reavaliar a ficha técnica do **IE 38**, como foi feito no caso do **IE 28** (já anteriormente discutido).

Quanto ao **IE 05**, Leticia Maffei esclareceu que o indicador aparece como insatisfatório por ser uma exceção ao critério de classificação da faixa de status. Acrescentou que, como o resultado de 94,65% do índice de transparência de 2023 foi inferior ao conquistado no ano anterior, o status do **IE 05** foi classificado como insatisfatório.

Sobre o **IE 18**, Leticia ressaltou que a Presidência juntamente com a SEDEST construíram uma ficha técnica do indicador. A servidora enfatizou o esforço empregado pelos envolvidos nesse processo de elaboração da ficha de um indicador tão complexo como o **IE 18**. Informou que a proposta foi anexada ao Relatório de Desempenho da Estratégia (ref.: 4º trimestre).

A diretora-geral destacou que a presidência fez um grande esforço e que, em se tratando de uma primeira medição, podem ocorrer ajustes posteriores, mas que é muito satisfatório poder dar o pontapé inicial.

O Coordenador de Planejamento Estratégico, Robson Sobrinho, parabenizou a presidência pelo trabalho, que, aliado ao acompanhamento junto à ASCEPA, de monitoramento de acervo, estruturação de processo de trabalho, bem como dos indicadores de produtividade por servidor, por unidade, em conjunto com a SJD, considera ser um trabalho extremamente importante e estruturante para o tribunal.

O servidor explicou que esse indicador mostra o tempo médio de tramitação processual, que também é um requisito muito importante para fins de pontuação no Prêmio CNJ de Qualidade. Nesse sentido, ele pontuou que, independentemente do resultado alcançado externamente, é importante saber exatamente qual é a medida certa para o tribunal, para se conseguir estruturar um processo de trabalho, avançar e melhorar a qualidade da prestação de serviço para a sociedade.

A diretora-geral destacou que, além do acompanhamento junto à ASCEPA, tem sido feito a gestão de processos junto ao gabinete dos juízes membros, com o acompanhamento acervo dos gabinetes, inclusive com reporte ao Presidente.

Após, Leticia Maffei levou ao CGE a proposta de reformulação da ficha do IE 18. A proposta de deliberação foi aprovada.

A chefe da Segest lembrou que a ideia é, futuramente, espelhar a proposta do IE 18 para o IE 17 - Taxa de julgamento no tempo médio razoável - 1º Grau.

Leticia prosseguiu trazendo outra proposta de deliberação relacionada aos indicadores da Presidência: Estabelecer uma meta para o ano de 2024 para o IE 57 Taxa de unidades com condições adequadas de segurança.

A servidora explicou que, no glossário de Indicadores, foi estabelecida meta apenas para o ano de 2022. Nesse sentido, a proposta é estabelecer uma meta para 2024.

Leticia apresentou o quadro com o resultado do indicador em 2023, que foi de 78,02%, o que significa que 142 imóveis estão com condições adequadas de segurança, do total de 182.

Nesse sentido, a proposta para 2024 é aumentar a meta para 85%, o que representa 154 imóveis com condições adequadas de segurança, do total de 182, ou seja, 12 imóveis a mais que o alcançado em 2023.

A diretora-geral registrou que houve recente alteração e que haverá contato com a COSIN, bem como uma reunião na qual será comunicado todo o panorama.

Foi considerada aprovada a definição da meta de 85% do IE 57 no ano de 2024.

Deliberação aprovada pelo CGE

3. Aprovar a reformulação da ficha técnica do IE 18 - Taxa de julgamento no tempo médio razoável - 2º grau.

Obs.: A nova ficha técnica do **IE 28** pode ser consultada no id nº 3528809 que faz parte do Processo SEI nº 2021.0.000005367-2 e nas páginas 110 a 112 do Relatório de Desempenho da Estratégia (ref.: 4º trimestre de 2023).

4. Estabelecer a meta de 85% para o ano de 2024 para o IE 57 (Taxa de unidades com condições adequadas de segurança).

Justificativa: Tendo em vista que no Glossário de Indicadores só foi estabelecida meta para 2022, recomenda-se acolher a proposta da unidade de aumento em torno de 10%.

Obs.: O resultado do **IE 57** foi de 78,02% em 2023.

INDICADORES ESTRATÉGICOS VINCULADOS À VPCRE

Nome	Respon- sável	Resul- tado	Meta	Percentual de alcance da meta	Situação Desempe- nho
IE 06A - Taxa de requerimentos de alistamento eleitoral por meio digital	CSORI	40,98%	80,00%	51,22%	Satisfatório
IE 07 - Taxa de zonas eleitorais com padrão mínimo de eficiência	SVPCRE	87,27%	60,00%	145,45%	Ótimo
IE 08 - Taxa de mesários voluntários	SEPLAT	72,57%	50,00%	145,14%	Ótimo
IE 13 - Taxa de atendimento à demanda – 1º grau	SVPCRE	204,25%	100,00%	204,25%	Ótimo
IE 15 - Taxa de congestionamento líquida de feitos judiciais – 1º grau	SVPCRE	21,68%	31,99%	132,23%	Ótimo
IE 17 - Taxa de julgamento no tempo médio razoável - 1º Grau	SVPCRE	-	-	-	Não realizado

Foi apresentado o quadro de resultados dos indicadores estratégicos vinculados à VPCRE.

Quanto ao **IE 17**, a diretora-geral, Eline, destacou que se trata do espelhamento do **IE 18**, já comentado anteriormente durante a explanação dos indicadores estratégicos vinculados à Presidência.

A SVPCRE não teceu comentários complementares.

INDICADORES ESTRATÉGICOS VINCULADOS À SJD					
Nome	Respon- sável	Resultado	Meta	Percentual de alcance da meta	Situação Desempenho
IE 14 - Taxa de atendimento à demanda – 2º grau	SJD	264,66%	100,00%	264,66%	Ótimo
IE 16 - Taxa de congestionamento líquida de feitos judiciais - 2º grau	SJD	63,86%	31,99%	0,39%	Insatisfatório

Foi apresentado o quadro com os resultados dos indicadores vinculados à SJD.

Com relação ao **IE 16**, o assistente de planejamento da SJD explicou que há ainda em torno de 1.300 processos pendentes de julgamento. Ele pontuou que, em relação ao histórico do ano passado, foram julgados 550 processos no último período. Nesse sentido, André destacou que se trata de um desafio robusto principalmente em relação ao Prêmio de Qualidade do CNJ.

O servidor acrescentou que, tendo em vista que faltam 94 dias úteis para finalizar o prazo estabelecido para o Prêmio CNJ, é necessário que se julgue 14 processos por dia para se atingir a meta. Assim, esse desafio é o que traz o maior impacto sobre a taxa de congestionamento líquida de feitos judiciais no 2º grau.

INDICADORES ESTRATÉGICOS VINCULADOS À SSG					
Nome	Responsável	Resultado	Meta	Percentual de alcance da meta	Situação Desempenho

IE 56A - Taxa de unidades com infraestrutura adequada	COENG	24,18%	19,80%	122,12%	Ótimo
--	-------	--------	--------	---------	--------------

Foi apresentado o quadro com o resultado do indicador vinculado à Secretaria de Manutenção e Serviços Gerais.

A titular da SEGEST, Leticia Maffei, destacou que o **IE 56A** apresentou desempenho acima de 100% e trata-se de um indicador composto por uma série de variáveis de infraestrutura.

Leticia apresentou a proposta de deliberação para o indicador, cujo cerne principal é aprovar a alteração da meta do **IE 56** para 27% em 2024, que corresponde em termos práticos a adaptar 5 imóveis em 2024.

A servidora explicou que o aumento da meta foi recomendado, em função dos seguintes fatores:

- O indicador atingiu resultado de 24,18% em 2023, o que corresponde a 44 imóveis com infraestrutura adequada do total de 182, considerando cartórios, prédio administrativo e polo permanente.
- 1A meta prevista para 2026 é de 23,8%, na atual ficha do indicador.

Leticia destacou ainda que, conforme já mencionado anteriormente pela titular da SEDEST, Claudeci, o **IE 56A** é um indicador cumulativo, ou seja, os resultados são acumulados ao longo dos anos.

Diante dos dados acima, a servidora evidenciou que o resultado do indicador em 2023 (24,18%) já ultrapassou a meta estipulada para 2026 (23,80%). Desse modo, reforçou que se a meta não for alterada, não será necessária a realização de nenhuma ação para o indicador ficar com status ótimo até 2026.

A diretora-geral, Eline, pontuou que neste ano já há previsão de adequação de infraestrutura de alguns imóveis, enfatizando que considera viável a meta de 27% para o ano de 2024..

A Secretária Geral da Presidência, Mariana Figueiredo Correa, comentou que, considerando o resultado e o panorama, o Tribunal poderia ser um pouco mais ousado no estabelecimento da meta para o ano de 2024.

A assistente de planejamento da SSG, Elizabeth Silva Viana, esclareceu que a secretaria mandou um e-mail com a proposta de uma meta de 26,3% para o ano de 2024, o que corresponde a uma média de adequação da infraestrutura de 3 imóveis, devendo ser considerado os esforços envolvidos na nova sede e nos preparativos para as eleições.

Carlos José de Paiva Junior, coordenador da COENG (Coordenadoria de Engenharia), destacou que, conforme Eline havia informado, para este ano estão previstos 3 a 4 imóveis para serem adaptados, o que corresponde a proposta de meta de 26,3% que a servidora Elizabeth havia mencionado. O servidor explicou que, quanto maior o número de imóveis que tiveram a infraestrutura adequada, menor o universo de possibilidades de adequação. Desse modo, informou que não seria tão simples mudar a meta. Carlos enumerou que, para 2024, estão previstos para adequação o total de 4 imóveis localizados nos seguintes locais: Ilha, Barra do Piraí, Itaboraí e Teresópolis.

Elizabeth pontuou que, neste momento, manteria a proposta de mais 5 imóveis a serem adaptados, sem prejuízo de uma análise posterior. A servidora ressaltou que, tendo em vista as previsões com relação à questão imobiliária, inclusive no âmbito do projeto estratégico de ocupação imobiliária, além da previsão sobre a sede nova, prédio anexo, dentre outros, considera que a meta é possível de ser alcançada.

A diretora-geral acrescentou que está prevista a sede nova e ainda estão tentando solucionar o imóvel de Japeri, que é crítico. Nesse sentido, considera que a meta de 27% será atingida. Eline destacou que entende a questão levantada pela representante da Presidência, mas ponderou que há muita demanda com relação ao prédio novo, bem como à eleição, que é a atividade principal do Tribunal. Acrescentou que há a questão da coleta biométrica, que também demandará a Infraestrutura. Assim, diante desses fatores, Eline ponderou que a meta de 27% parece razoável e viável de ser alcançada, ressaltando que isso não impede uma futura revisão.

Após a exposição de argumentos, Eline questionou aos titulares da SSG se poderia manter a meta proposta de 27% para 2024 (mais 5 imóveis adaptados). Os servidores concordaram.

O CGE aprovou o aumento da meta de 2024 do **IE 56A** para 27%.

Deliberação aprovada pelo CGE

5. Aumentar a meta de 2024 do IE 56A (Taxa de unidades com infraestrutura adequada) de 20,80% para 27%.

Justificativa: Tendo em vista que o resultado do **IE 56A** em 2023 foi de 24,18% e o indicador é cumulativo, a meta de 2026 (23,85%) já foi alcançada.

INDICADORES ESTRATÉGICOS VINCULADOS À STI					
Nome	Respon- sável	Resul- tado	Meta	Percentual de alcance da meta	Situação Desempe- nho
IE 12 - Taxa de eleitores, com cadastro biométrico, habilitados a votar pela biometria	COSEL	88,46%	87,00%	101,68%	Ótimo
IE 50 - Taxa de disponibilidade dos serviços essenciais de TIC	COINF	99,69%	95,50%	104,39%	Ótimo
IE 51 - Índice de governança de TIC	STI	91,19%	82,00%	111,21%	Ótimo
IE 52 - Taxa de satisfação dos usuários de TIC	STI	92,78%	80,00%	115,97%	Ótimo
IE 53 - Taxa de adequação dos equipamentos aos padrões	COLOG	83,92%	100,00%	83,92%	Ótimo
IE 54 - Taxa de entrega de soluções de TI	CSCOR	86,67%	70,00%	123,81%	Ótimo
IE 55 - Taxa de atendimento ao Plano de Transformação Digital	STI	50,00%	77,00%	64,94%	Insatisfatório
<p>Foi apresentado o quadro com os resultados dos indicadores vinculados à STI.</p> <p>O secretário da STI, Michel Marchetti Kovacs, iniciou os comentários dos indicadores estratégicos vinculados à Secretaria de Tecnologia da Informação, anunciando boas notícias</p>					

relacionadas ao **IE 53**, que apresentou ótimo desempenho, mas um pouco abaixo da meta, de 100%. Michel ressaltou que o indicador apresentou resultado de 83,92% principalmente por causa das impressoras dos cartórios localizados no interior do Estado.

O servidor anunciou que está em andamento um contrato de *outsourcing* que irá mudar o modelo que existe hoje, no interior, de impressoras adquiridas pelo Tribunal para o modelo de aluguel (*outsourcing*), assim como na capital. O servidor informou que a previsão é que em 2024, além dessa troca de modelo de impressão, ocorra a distribuição de novos micros. Com relação a essa última ação, a expectativa é melhorar substancialmente a questão de equipamentos, considerando que já foram feitas boas aquisições no final de 2022 e 2023.

O secretário destacou que está previsto o início da troca de equipamentos, dos computadores dos cartórios, inclusive começando naquela data, além da troca dos micros da CAE da sede. Ele informou que a ideia é ter todos ou quase todos os equipamentos com HD SSD de 16 GB de memória, ou seja, serão substituídos os micros com 8GB de memória para HDs bastante rápidos.

Em resposta a um questionamento a respeito da modernização da rede, Michel esclareceu que se refere apenas às trocas de equipamentos, microcomputadores e impressoras. O servidor informou que a prioridade é a troca dos micros dos cartórios visando o fechamento do cadastro e, após, serão trocados os equipamentos da SSG e SAD, que são as unidades que estão com os equipamentos mais defasados no momento.

Com relação ao **IE 55 - Taxa de atendimento ao Plano de Transformação Digital**, Michel explicou que o Plano de Transformação Digital 2022-2023 foi mais focado no cliente externo. Das 12 ações previstas no PTD, informou que, para o último trimestre de 2023, restaram apenas duas ações (relacionadas ao PAG Tesouro) que não foram concluídas. Ressaltou que as ações já estão em andamento, com previsão de conclusão de previsão em curto período de tempo.

INDICADORES ESTRATÉGICOS VINCULADOS À SOF

Nome	Respon- sável	Resultado	Meta	Percentual de alcance da meta	Situação Desempenho
------	------------------	-----------	------	-------------------------------------	------------------------

IE 46 - Taxa da Execução Planejada de Orçamento de Despesas Discricionárias	SEORÇA	79,36%	84,00%	94,48%	Ótimo
IE 47 - Taxa de execução do orçamento de despesas discricionárias	SEORÇA	97,67%	96,00%	101,74%	Ótimo
IE 49 - Taxa de pagamento de empenho	SEPROG	72,81%	92,00%	79,14%	Ótimo

Foi apresentado o quadro com os resultados dos indicadores vinculados à SOF.

O Secretário de Orçamento e Finanças, Rodrigo da Rocha Camargos, explicou que a SOF possui três indicadores estratégicos, sendo dois indicadores relacionados ao orçamento e um indicador à execução financeira.

Em relação ao IE de execução financeira, Rodrigo ressaltou que, embora tenha apresentado um ótimo resultado, é um indicador mais crítico, devido a dificuldade que a secretaria tem de realmente liquidar as despesas. Desse modo, o servidor enfatizou que é um indicador que merece atenção, considerando inclusive o que o Secretário da SAD, Alexander Moraes Rocha, mencionou acima sobre a dificuldade no que tange às contratações.

O secretário da SOF destacou que os bons resultados relacionados ao orçamento em 2023 são decorrentes do trabalho de todos, não só da SOF.

A diretora-geral Eline Íris pontuou que foi um bom resultado e que maiores detalhes seriam discutidos na reunião de orçamento prevista para aquela data.

INDICADORES ESTRATÉGICOS VINCULADOS À SAU

Nome	Respon- sável	Resultado	Meta	Percentual de alcance da meta	Situação Desempe- nho
-------------	--------------------------	------------------	-------------	--	--------------------------------------

IE 30 - Taxa de auditorias que alcançaram o padrão mínimo de qualidade	SAU	100,00%	100,00%	100,00%	Ótimo
IE 32 - Taxa de implementação das recomendações da auditoria interna	SAU	69,39%	62,00%	111,92%	Ótimo

Foi apresentado o quadro com os resultados dos indicadores vinculados à SAU.

O Secretário de Auditoria Interna, Carlos Eduardo de Queiroz Pereira, destacou que, em relação ao **IE 32**, o ótimo desempenho apresentado é resultado da conscientização e do compromisso de todos os gestores na implementação das recomendações da auditoria.

Nesse sentido, Carlos ressaltou que as recomendações de auditoria resultam em melhorias dos processos do Tribunal e, conseqüentemente, uma melhoria do desempenho de todos os indicadores do Tribunal. O servidor informou que uma das ações que a SAU tem adotado para incrementar essa medida e que já tem mostrado resultado é a implantação de um novo modelo de monitoramento. Explicou que tal modelo vem sendo adotado pela secretaria desde o ano de 2022, e, em síntese, é um monitoramento que já sucede ao trabalho da auditoria.

O secretário da SAU frisou que essa ação tem dado uma eficiência muito maior e os resultados têm demonstrado isso. Além disso, Carlos mencionou que foi incluído também um modelo de reunião para apresentação das recomendações antes do fechamento dos relatórios finais de auditoria, quando a SAU discute com os gestores os achados, ou seja, os problemas que são identificados. Segundo o servidor, essa conversa é realizada com a intenção de perceber dos gestores possíveis soluções para os problemas, ou seja, é uma busca conjunta de solução, o que resulta em *insights* para SAU sobre as recomendações que serão encaminhadas. Desse modo, elas têm sido muito mais alinhadas à expectativa e ao que a gestão consegue executar.

Outro aspecto que o Secretário destacou que tem mostrado como as recomendações têm ajudado no desempenho dos processos do Tribunal é com relação à auditoria das contas. O servidor apresentou os seguintes dados provenientes da auditoria de contas de 2020 a 2023:

- Em 2020: a SAU emitiu 25 recomendações no relatório de auditoria das contas,
- Em 2021: foram expedidas 18 recomendações.
- Em 2022: foram expedidas 9 recomendações
- Em 2023: já foram expedidas 5 recomendações, que estão em fase de manifestação dos gestores.

Carlos frisou que esse é um exemplo de como a auditoria tem contribuído para o desempenho da gestão orçamentária e financeira, enfatizando que a mesma lógica vale para para os outros processos também.

Com relação ao **IE 30 - Taxa de auditorias que alcançaram o padrão mínimo de qualidade**, Carlos destacou que a SAU implementou um plano de qualidade de auditoria interna, em 2022, sendo iniciadas as medições em 2023. O servidor frisou que os *feedbacks* que a secretaria tem obtido dos gestores, após a realização das auditorias, têm trazido *insights* bem interessantes para a SAU aprimorar os processos internos da auditoria.

O secretário da SAU informou que está em andamento, conforme comunicado no SAU **Informa**, a reformulação do PQAI, que é o plano de qualidade da auditoria interna, onde o objetivo é colher a percepção, a expectativa da alta administração com relação ao planejamento das ações da SAU, além de ser mais sucinto e mais objetivo nos questionários, nos quais a secretaria busca a impressão sobre a qualidade do trabalho. Por fim, Carlos parabenizou a todos pelos resultados.

A assessora da ASGERI, Tatiana de Freitas Kagohara, destacou que, apesar de ser um indicador da SAU, considera que o resultado dele é reflexo do esforço que todas as unidades têm feito na hora de elaborar os planos de ação para atendimento a essas recomendações. A servidora ressaltou que, como é algo que a Assessoria está sempre trabalhando junto com as unidades, gostaria de deixar o seu agradecimento a todos.

O Secretário de Auditoria Interna, Carlos Eduardo de Queiroz Pereira, parabenizou a ASGERI pela atuação na coordenação dos planos de ação para implementação das recomendações da auditoria interna.

INDICADORES ESTRATÉGICOS VINCULADOS À EJE

Nome	Respon-sável	Resultado	Meta	Percentual de alcance da meta	Situação Desempenho

IE 19 - Taxa de estudantes atendidos em ações socioeducativas	EJE	1.120,0%	400,00%	280,00%	Ótimo
IE 20 - Taxa de atendimento a demanda de ações socioeducativas	EJE	79,93%	95,00%	84,14%	Ótimo
Foi apresentado o quadro com os resultados dos indicadores vinculados à EJE. Não houve proposta de deliberação relacionada aos indicadores estratégicos vinculados à EJE.					

A diretora-geral agradeceu a todos pela participação, em especial ao coordenador da CPLAN, Robson Sobrinho, aos integrantes da SEGEST e SEDEST e demais unidades da CPLAN, pela condução da reunião. Eline parabenizou as gestoras e os gestores pelos bons resultados.

Nada mais havendo a tratar, a reunião foi encerrada.

-
1. Meta Nacional 4 - Priorizar o julgamento dos processos relativos aos crimes contra a Administração Pública, à improbidade administrativa e aos ilícitos eleitorais.
 2. Art. 13 da Resolução CNJ nº 325/2020: “*A Meta Nacional 1 – Julgar mais processos que os distribuídos – e a Meta Nacional 2 – Julgar processos mais antigos –, que visam, respectivamente, à prevenção de formação de estoque e à redução de passivo processual, comporão obrigatoriamente o monitoramento da Estratégia Nacional do Poder Judiciário 2021 – 2026*”.
 3. Secretarias (SAD, SGP, SAU, STI, SSG, SJD e SOF), COSOC, EJE, Presidência , VPCRE e DG.

Rio de Janeiro, 29 de maio de 2024

HUGO GONZALEZ DOS SANTOS
SECRETÁRIO(A) DE MANUTENÇÃO E SERVIÇOS GERAIS



Documento assinado eletronicamente em 29/05/2024, às 18:04, conforme art. 1º, § 2º, III, "b", da [Lei 11.419/2006](#).

ANDERSON LUIS OHLAND
ASSISTENTE DE PLANEJAMENTO V



Documento assinado eletronicamente em 29/05/2024, às 18:28, conforme art. 1º, § 2º, III, "b", da [Lei 11.419/2006](#).

ANDRE LUIZ TRINDADE ROCHA
ASSESSOR(A) DE MONITORAMENTO



Documento assinado eletronicamente em 29/05/2024, às 18:34, conforme art. 1º, § 2º, III, "b", da [Lei 11.419/2006](#).

FILIPE VIEIRA DE CARVALHO
SECRETÁRIO(A) DA VICE-PRESIDÊNCIA E CORREGEDORIA



Documento assinado eletronicamente em 29/05/2024, às 19:34, conforme art. 1º, § 2º, III, "b", da [Lei 11.419/2006](#).

RENATA MOTTA GERONIMI
SECRETÁRIO(A) DE GESTÃO DE PESSOAS



Documento assinado eletronicamente em 29/05/2024, às 20:40, conforme art. 1º, § 2º, III, "b", da [Lei 11.419/2006](#).

**ANA LUIZA CLARO DA SILVA
SECRETÁRIO(A) JUDICIÁRIA**



Documento assinado eletronicamente em 03/06/2024, às 12:16, conforme art. 1º, § 2º, III, "b", da [Lei 11.419/2006](#).

**CARLOS JOSE DE PAIVA JUNIOR
COORDENADOR(A) DE ENGENHARIA**



Documento assinado eletronicamente em 03/06/2024, às 12:18, conforme art. 1º, § 2º, III, "b", da [Lei 11.419/2006](#).

**TATIANA DE FREITAS KAGOHARA
ASSESSOR(A) DE GERENCIAMENTO DE RISCOS E CONTROLE INTERNO**



Documento assinado eletronicamente em 03/06/2024, às 12:19, conforme art. 1º, § 2º, III, "b", da [Lei 11.419/2006](#).

**ALINE CORREIA FERNANDES
OFICIAL DE GABINETE**



Documento assinado eletronicamente em 03/06/2024, às 13:08, conforme art. 1º, § 2º, III, "b", da [Lei 11.419/2006](#).

**ALEXANDER MORAES ROCHA
SECRETÁRIO(A) DE ADMINISTRAÇÃO**



Documento assinado eletronicamente em 03/06/2024, às 13:32, conforme art. 1º, § 2º, III, "b", da [Lei 11.419/2006](#).

**RITA DE CASSIA DE CARVALHO E SILVA MARQUES DE ABREU
ASSESSOR I**



Documento assinado eletronicamente em 03/06/2024, às 14:21, conforme art. 1º, § 2º, III, "b", da [Lei 11.419/2006](#).

**MARCOS JOSE GUERRERO SILVA
COORDENADOR(A) DE DESENVOLVIMENTO DE COMPETÊNCIAS**



Documento assinado eletronicamente em 03/06/2024, às 14:58, conforme art. 1º, § 2º, III, "b", da [Lei 11.419/2006](#).

**RODRIGO DA ROCHA CAMARGOS
SECRETÁRIO(A) DE ORÇAMENTO E FINANÇAS**



Documento assinado eletronicamente em 03/06/2024, às 16:25, conforme art. 1º, § 2º, III, "b", da [Lei 11.419/2006](#).

**VIVIAN MARIA NOGUEIRA BACELAR
CHEFE DA OUVIDORIA ELEITORAL**



Documento assinado eletronicamente em 03/06/2024, às 17:31, conforme art. 1º, § 2º, III, "b", da [Lei 11.419/2006](#).

**ISABELLA VITORIA ABDUCHE FEIJO
CHEFE DA SEÇÃO DE DESENVOLVIMENTO ESTRATÉGICO SUSTENTÁVEL**



Documento assinado eletronicamente em 04/06/2024, às 14:08, conforme art. 1º, § 2º, III, "b", da [Lei 11.419/2006](#).

**MILENE GONCALVES CATER
ASSISTENTE DE PLANEJAMENTO V**



Documento assinado eletronicamente em 04/06/2024, às 15:00, conforme art. 1º, § 2º, III, "b", da [Lei 11.419/2006](#).

**LARISSA DE MATOS BIAJOLI
CHEFE DA SEÇÃO DE DESENVOLVIMENTO DE INICIATIVAS ESTRATÉGICAS**



Documento assinado eletronicamente em 04/06/2024, às 16:44, conforme art. 1º, § 2º, III, "b", da [Lei 11.419/2006](#).

**MARIANA FIGUEIREDO CORREA
SECRETÁRIO(A)-GERAL DA PRESIDÊNCIA**



Documento assinado eletronicamente em 05/06/2024, às 12:05, conforme art. 1º, § 2º, III, "b", da [Lei 11.419/2006](#).

**ALDENIR ACIMEN DE MORAES
ASSISTENTE I**



Documento assinado eletronicamente em 05/06/2024, às 14:40, conforme art. 1º, § 2º, III, "b", da [Lei 11.419/2006](#).

**CARLOS EDUARDO DE QUEIROZ PEREIRA
SECRETÁRIO(A) DE AUDITORIA INTERNA**



Documento assinado eletronicamente em 05/06/2024, às 17:42, conforme art. 1º, § 2º, III, "b", da [Lei 11.419/2006](#).

**CAMILA NOGUEIRA DA GAMA DE OLIVEIRA
ASSISTENTE III**



Documento assinado eletronicamente em 05/06/2024, às 17:43, conforme art. 1º, § 2º, III, "b", da [Lei 11.419/2006](#).

**SIMONE MARQUES BRASIL NEPOMUCENO
OFICIAL DE GABINETE DA SECRETARIA DE AUDITORIA INTERNA**



Documento assinado eletronicamente em 06/06/2024, às 13:20, conforme art. 1º, § 2º, III, "b", da [Lei 11.419/2006](#).

**SORAYA PREVITALI MORISSON
ASSESSOR(A) ADMINISTRATIVO(A) DA DIRETORIA GERAL**



Documento assinado eletronicamente em 06/06/2024, às 22:09, conforme art. 1º, § 2º, III, "b", da [Lei 11.419/2006](#).

**LUCIANA DE ANDRADE LIMA HAZIN LAMEGO
ASSISTENTE DE PLANEJAMENTO DA SECRETARIA DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO**



Documento assinado eletronicamente em 10/06/2024, às 15:38, conforme art. 1º, § 2º, III, "b", da [Lei 11.419/2006](#).

**CLAUDECI ELIAS SIQUEIRA DE OLIVEIRA
CHEFE DA SEÇÃO DE INTELIGÊNCIA DE DADOS ESTRATÉGICOS**



Documento assinado eletronicamente em 14/06/2024, às 12:06, conforme art. 1º, § 2º, III, "b", da [Lei 11.419/2006](#).

LUCIANA DOS SANTOS MOREIRA BRANCO

ASSESSOR(A) DE MONITORAMENTO EM SUBSTITUIÇÃO

Documento assinado eletronicamente em 14/06/2024, às 12:16, conforme art. 1º, § 2º, III, "b", da [Lei 11.419/2006](#).

JOSE DE TARCIO FONSECA TEIXEIRA
ASSISTENTE V DE GRANDES PROJETOS I



Documento assinado eletronicamente em 14/06/2024, às 12:30, conforme art. 1º, § 2º, III, "b", da [Lei 11.419/2006](#).

MICHEL MARCHETTI KOVACS
SECRETÁRIO(A) DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO



Documento assinado eletronicamente em 14/06/2024, às 15:49, conforme art. 1º, § 2º, III, "b", da [Lei 11.419/2006](#).

FLAVIA CONCEICAO DE LIMA VIDAL
CHEFE DA SEÇÃO DE EDUCAÇÃO CORPORATIVA



Documento assinado eletronicamente em 14/06/2024, às 16:45, conforme art. 1º, § 2º, III, "b", da [Lei 11.419/2006](#).

ELINE IRIS RABELLO GARCIA DA SILVA
DIRETOR(A)-GERAL



Documento assinado eletronicamente em 16/06/2024, às 03:43, conforme art. 1º, § 2º, III, "b", da [Lei 11.419/2006](#).

SUZANA MARTINS RAMOS PINTO
TÉCNICO JUDICIÁRIO



Documento assinado eletronicamente em 17/06/2024, às 14:20, conforme art. 1º, § 2º, III, "b", da [Lei 11.419/2006](#).

JULIANA DORO RODRIGUES
CHEFE DA SEÇÃO DE DESENVOLVIMENTO DE PROCESSOS ESTRATÉGICOS



Documento assinado eletronicamente em 24/06/2024, às 14:19, conforme art. 1º, § 2º, III, "b", da [Lei 11.419/2006](#).

PATRICIA FERRARO DE AVELLAR COUTINHO
ASSESSOR(A) DE PLANEJAMENTO DE ELEIÇÕES



Documento assinado eletronicamente em 28/06/2024, às 16:03, conforme art. 1º, § 2º, III, "b", da [Lei 11.419/2006](#).

VIVIAN DE SA REIS
ASSISTENTE III DA COORDENADORIA DE COMUNICAÇÃO SOCIAL



Documento assinado eletronicamente em 01/07/2024, às 15:18, conforme art. 1º, § 2º, III, "b", da [Lei 11.419/2006](#).

RENATA ARAUJO SODRE DA SILVA
ASSISTENTE I



Documento assinado eletronicamente em 01/07/2024, às 15:35, conforme art. 1º, § 2º, III, "b", da [Lei 11.419/2006](#).

ISABELLE MELLO DE SOUZA
ASSISTENTE DA OUVIDORIA ELEITORAL



Documento assinado eletronicamente em 01/07/2024, às 16:47, conforme art. 1º, § 2º, III, "b", da [Lei 11.419/2006](#).

**JULIANA PEDROSA CHAHON KELMANSON
ASSESSOR(A) TÉCNICO(A)**



Documento assinado eletronicamente em 02/07/2024, às 13:35, conforme art. 1º, § 2º, III, "b", da [Lei 11.419/2006](#).

**ELIZABETH SILVA VIANA
ASSISTENTE DE PLANEJAMENTO V**



Documento assinado eletronicamente em 02/07/2024, às 13:53, conforme art. 1º, § 2º, III, "b", da [Lei 11.419/2006](#).

**ROBSON ALVES DE OLIVEIRA SOBRINHO
TÉCNICO JUDICIÁRIO**



Documento assinado eletronicamente em 24/09/2024, às 18:27, conforme art. 1º, § 2º, III, "b", da [Lei 11.419/2006](#).

**ALYNE COSTA ROCHA NUNES PINTO
ASSISTENTE I**



Documento assinado eletronicamente em 16/10/2024, às 12:31, conforme art. 1º, § 2º, III, "b", da [Lei 11.419/2006](#).

**LETICIA MAFFEI BURGOS FEITOSA
CHEFE DA SEÇÃO DE GESTÃO ESTRATÉGICA**



Documento assinado eletronicamente em 16/10/2024, às 13:54, conforme art. 1º, § 2º, III, "b", da [Lei 11.419/2006](#).



A autenticidade do documento pode ser conferida no site https://sei.tre-rj.jus.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0 informando o código verificador **3774369** e o código CRC **C5D52F35**. No momento só é possível efetuar a verificação de autenticidade através da rede interna do TRE-RJ.